

ISBD consolidada: um passo em frente

Elena Escolano Rodríguez

Biblioteca Nacional de Espanha, Madrid, Espanha
Presidente do Grupo de Revisão da ISBD

Dorothy McGarry

Universidade da Califórnia, Los Angeles, USA (jubilada)
Presidente do Grupo de Estudo sobre Orientação Futura das ISBDs

Tradução : Cristina Ramos (Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian)

RESUMO

Esta é uma apresentação sobre a nova versão da ISBD. É nova porque a estrutura foi alterada, integrando numa única ISBD a descrição de todos os tipos de recursos abrangidos pelas ISBDs especializadas. Simultaneamente, adaptaram-se os requisitos para a descrição de todos os recursos de modo a conseguir que a descrição dos vários tipos de materiais estejam no mesmo estado de concordância com os Requisitos Funcionais dos Registos Bibliográficos (FRBR – Functional Requirements for Bibliographic Records).

Depois de um breve resumo histórico sobre o trabalho do Grupo de Revisão das ISBDs e a apresentação das razões que levaram o grupo a considerar necessária esta revisão, descrevem-se os procedimentos adoptados no trabalho de consolidação e as questões mais problemáticas que foram encontradas, e que, sublinhe-se, não foram incluídas nesta 1ª edição. Finalmente explica-se a nossa intenção de uma revisão e actualização num futuro próximo.

INTRODUÇÃO

O primeiro objectivo da ISBD é estabelecer critérios para uma catalogação descritiva compatível a nível mundial, com a finalidade de tornar possível o intercâmbio de registos bibliográficos entre agências bibliográficas nacionais, entre as bibliotecas a nível internacional e entre as comunidades de informação em geral.

Através da especificação dos elementos que constituem a descrição bibliográfica e a prescrição da ordem de como esses elementos devem ser apresentados, e secundariamente, através pontuação com que devem ser separados, a ISBD pretende dar resposta a três objectivos básicos:

- tornar possível o intercâmbio de registos provenientes de diferentes fontes, de tal forma que os registos criados num país possam ser facilmente integrados nos catálogos de qualquer país;
- ajudar na interpretação de registos ultrapassando as barreiras das diferentes línguas, de tal forma que registos produzidos por utilizadores de uma língua possam ser interpretados por utilizadores de outras línguas;

- realçar a interoperacionalidade com outros sistemas padrão.

Ainda que originalmente o desenvolvimento da ISBD fosse promovido pelas necessidades e oportunidades dadas pela automatização do controlo bibliográfico, no entanto a ISBD é independente de qualquer formato específico da informação. É útil e aplicável para a descrição bibliográfica de qualquer tipo de recurso e em todo o tipo de catálogos, sejam catálogos de acesso público em linha (OPAC) ou catálogos menos avançados tecnologicamente.

A Declaração Internacional e Princípios de Catalogação que se vem desenvolvendo no seguimento de uma série de Encontros IFLA, Especializados num Código de Catalogação Internacional por regiões, reconhece que a ISBD é a norma aceite em que se deve basear a parte descritiva do registo bibliográfico dentro da comunidade biblioteconómica.

UTILIZAÇÃO DA ISBD NO MUNDO

O programa ISBD da IFLA vem há mais de três décadas elaborando normas de representação bibliográfica para todos os tipos de recursos biblioteconómicos que se vão mantendo através de uma ou mais revisões. As ISBDs foram traduzidas oficialmente em 25 línguas. Além disso, importa referir, que as ISBD têm guiado o trabalho dos comités nacionais de catalogação, responsáveis pelas regras de catalogação e pela actualização dos códigos, promovendo as práticas em uso internacionalmente. Este é um ponto destacado pelas compilações das várias práticas de catalogação que se preparam para estes encontros IFLA sobre um Código de Catalogação Internacional Especializada (IFLA Meetings of Experts on an International Cataloguing Code – IME ICC)¹. Destas informações, as impressões gerais estão em total conformidade e harmonia com os códigos nacionais e com as recomendações estipuladas pela IFLA.

- A primeira reunião foi na Europa, que tem o maior número de códigos de catalogação em uso, sendo um deles as AACR². A este IME ICC1 apresentaram-se 18 informações sobre códigos de catalogação³. Em todos havia duas perguntas relativas à aceitação da ISBD. A 1ª era: “O seu código de catalogação baseia-se na ISBD no que se refere à descrição?” As 18 respostas foram afirmativas. A segunda pergunta era: “Como é que se dividem as ISBDs e porquê?” As respostas remeteram-nos para uma lista de temas que importa ter em conta, alguns dos quais já foram considerados e tratados nesta versão. A maioria deles são relativos, ao carácter opcional de algumas disposições das ISBDs, que são obrigatórios nos códigos de catalogação⁴.
- A reunião IME ICC para a América do Sul estruturou-se de uma forma um pouco diferente da europeia, já que nesta existiam vários organismos de manutenção de regras uma vez que na América Latina e Caraíbe, normalmente se usam as Regras de Catalogação Anglo Americanas ou as Regras de Catalogação Espanholas, e estes códigos já foram estudados no IME ICC1 e confirmado o seu fundamento na ISBD⁵.

- O Próximo Oriente não tem organizações redactoras de regras e usam geralmente as Regras de Catalogação Anglo Americanas⁶.
- Das informações apresentadas para a reunião IME ICC da Ásia, sabemos que a China, Japão e Coreia têm uma tradição histórica de organizações encarregues de elaborar as regras de catalogação. Os outros países seguem as Regras de Catalogação Anglo Americanas ou têm umas regras locais baseadas nas AACR2⁷. De tal forma que reconheceram que as suas regras estavam baseadas e eram coerentes com a ISBD, ou simplesmente que não existiam normas descritivas desenvolvidas localmente⁸.

Não conhecemos os resultados do IME ICC para África, mas poderemos dizer, sem medo, que a ISBD é a norma aceite a nível mundial para a descrição bibliográfica.

As reuniões IME ICC foram muito úteis para o trabalho do Grupo de Revisão da ISBD, já que foram apresentadas muitas sugestões que se considerarão futuramente. Estas sugestões partem do reconhecimento das diferentes línguas e escritas e também dos diferentes modelos “culturais” de publicações que serão tidos em conta pelo Grupo de Revisão e ajudarão a melhorar a ISBD e a sua interpretação.

HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO DAS ISBDS⁹

Segue-se o resumo da história e evolução das ISBDs com a finalidade de que se entendam as razões e considerações que nos conduziram à ISBD consolidada.

O conceito de Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada resultou na Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação de 1969 em Copenhaga, patrocinada pelo Comité de Catalogação da IFLA. O objectivo principal naquele momento, e que continua vigente hoje em dia, era oferecer coerência na partilha da informação bibliográfica. As ISBDs foram criadas para servir como componente principal do programa da IFLA para promover o Controlo Bibliográfico Universal.

A primeira ISBD a ser publicada foi, em 1971 a ISBD(M), Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada para as Monografias, com a publicação do texto revisto como “primeira edição normalizada” em 1974. Consecutivamente foram aparecendo ISBDs para outros recursos específicos: para publicações em série ISBD(S) em 1974; para material cartográfico ISBD(CM) e material não livro ISBD(NBM) ambas em 1977; a ISBD(A) para livro antigo e as ISBD(PM) para música impressa em 1980 e, mais recentemente as ISBD(CF) para ficheiros de computador, em 1990. Neste contexto foi necessário criar uma estrutura geral em que se enquadrassem todas as ISBDs, o que deu como resultado a produção da ISBD(G), publicadas em 1977, a principal utilidade da ISBD(G) é assegurar a harmonia entre as outras ISBDs. Para a descrição ao nível dos analíticos, foram publicadas em 1988 as Directivas para a aplicação da ISBD para a descrição de partes componentes. Na IFLANET encontra-se o inventário completo das ISBDs e a lista de todas as suas edições, em todos os casos, estão disponíveis em formato HTML ou PDF pelo menos, a última edição de cada ISBD¹⁰.

Programação e procedimentos para a publicação de uma ISBD nova e revista:
No congresso mundial da IFLA em Agosto de 1977 em Bruxelas, o Comité Permanente da Secção de Catalogação tomou novas e importantes decisões relativamente ao programa das ISBDs. Decidiu-se que todo o texto das ISBDs estaria sujeito a um prazo de cinco anos, passado este período deveria ser revisto. Porém, na prática, foram revistos segundo as necessidades de implementar alterações de aplicação geral, ou perante a evolução dos materiais biblioteconómicos, como ocorreu com a publicação da ISBD para os recursos electrónicos e, mais recentemente com a ISBD para as publicações em série e outros recursos contínuos. A ISBD(CR) foi revista como parte do esforço de harmonização entre as Directivas do ISSN e as AACR2.

Os procedimentos são essenciais em todo o processo de normalização de modo a assegurar que se conheçam de uma forma sistemática todos os passos pelos quais um documento passa para se converter numa norma, nova ou revista. As ISBDs não são uma excepção. Na Conferência da IFLA de 1989 a Secção de Catalogação, adoptou um calendário e estabeleceu os procedimentos para o desenvolvimento e distribuição desses documentos, quer fossem novos ou revistos. Em 2002, adaptaram-se os procedimentos de modo a acelerar o processo, aproveitando as vantagens dos desenvolvimentos electrónicos.

Essencialmente, há cinco fases nos procedimentos para o desenvolvimento de uma ISBD nova ou revista:

- Criação do rascunho – Nesta fase, designa-se um grupo de trabalho formado por especialistas em catalogação e, sempre que necessário, especialistas sobre o formato, dentro e fora da IFLA, que elaborarão um rascunho do texto.
- Revisão mundial – Quando o rascunho do texto está terminado considera-se pronto para ser revisto e comentado em todo o mundo, é então que o texto é enviado para a IFLANET. Imediatamente a seguir envia-se um aviso para a IFLA-L e às outras redes electrónicas. Normalmente é concedido um prazo de dois meses para a revisão de uma ISBD, alargando-se esse prazo por mais um mês se o texto for completamente novo.
- Revisão final - Tomam-se em conta todos os comentários recebidos. O editor revê o rascunho de acordo com as decisões tomadas pelo grupo. Neste momento, dá-se especial atenção ao somatório dos exemplos nas diferentes línguas, aos apêndices e à preparação do índice. Quando se chega ao texto definitivo, o Grupo de Revisão das ISBDs revê todo o texto.
- Votação – A versão definitiva de uma ISBD nova ou revista é enviada ao Comité Permanente da Secção de Catalogação e às secções copatrocinadoras. O voto permite somente duas opções: ou aprovar ou desaprovar.
- Publicações – Se o resultado da votação é a aprovação, como foi neste caso, programa-se a publicação do texto. Actualmente, em todos os casos, o texto publica-se em formato electrónico.

Ainda que algumas ISBDs se foram desenvolvendo, ou revistas para satisfazer necessidades concretas, foram-se realizando campanhas de revisão global que afectaram toda a família das ISBDs.

PRIMEIRO PROJECTO DA REVISÃO GERAL

Como consequência da decisão tomada em 1977 que acabamos de mencionar, a primeira revisão geral teve como resultado a criação do Comité de Revisão das ISBDs, que se reuniu pela primeira vez em Agosto de 1981.

O Comité estabeleceu três objectivos principais para o primeiro projecto de revisão geral:

- (1) harmonização das normas assegurando assim o estabelecimento da uniformidade,
- (2) aperfeiçoar exemplos, e,
- (3) facilitar a aplicação das normas aos catalogadores de materiais publicados em caracteres não latinos.

Além de dois objectivos mais específicos que motivaram o esforço dessa revisão em particular:

- (1) a revisão do uso do mesmo signo (já que a sua utilização nas descrições bibliográficas foram motivo de controvérsia), e
- (2) a eliminação da informação referente ao material electrónico da ISBD para material não livro.

No final da década de 80 tinham sido publicadas as ISBDs em “edições revistas”:

- A norma para publicações monográficas, a ISBD (M) previamente revista em 1978 foi revista novamente em 1987.
- ISBD (CM) para material cartográfico foi revista em 1987.
- ISBD (NBM) para material não livro publicou-se também em 1987.
- ISBD (S) para publicações em série foi revista em 1988.
- ISBD (PM) para música impressa, em 1989.
- ISBD (G) geral, em 1992.
- Além disso, criou-se uma ISBD diferente para os ficheiros de computadores, a ISBD (CF) que devido aos rápidos desenvolvimentos da tecnologia, foi rapidamente ultrapassada e substituída por uma ISBD para recursos electrónicos em 1997, ISBD (ER).

SEGUNDO PROJECTO DE REVISÃO GERAL

Em princípio dos anos 90, a Secção de Catalogação juntamente com outras Secções estabeleceram um Grupo de Estudo para Requisitos Funcionais dos Registos Bibliográficos (FRBR). Uma consequência imediata desse desenvolvimento foi a decisão de suspender a maioria dos trabalhos de revisão das ISBDs, enquanto que o grupo dos FRBR tomou a seu cargo “recomendar um nível básico de funcionalidade e requisitos de informação básica para registos criados pelas agências bibliográficas

nacionais”. Esta decisão provocou a suspensão permanente do projecto para identificar os componentes de uma “ISBD (M) concisa” porque se esperava que os resultados dos FRBR estabelecessem um princípio fundamental. Em 1988, o Grupo de Estudo publicou uma informação final¹¹ e o Grupo de Revisão das ISBDs foi reconstituído para iniciar uma revisão total das ISBDs com a finalidade de implementar as recomendações dos FRBR sobre o nível básico dos registos bibliográficos nacionais e assegurar a conformidade entre as disposições das ISBDs e os requisitos dos FRBR.

Em relação às ISBDs, foi pedido às agências bibliográficas nacionais para “preparar a descrição definitiva com todos os elementos obrigatórios estabelecidos nas ISBDs pertinentes, sempre que a informação seja aplicável à publicação que se descreve”. Para facilitar a aplicação deste princípio, as ISBDs designam como “opcional” aqueles dados que não são de aplicação obrigatória, ou como “condicional” os elementos que são necessários em algumas circunstâncias, mas que noutras podem considerar-se opcionais. Portanto, a tarefa principal na segunda revisão geral permitiu centrar a atenção na informação que agora é obrigatória nas ISBDs para assegurar que nenhum elemento obrigatório dos FRBR fosse opcional nas ISBDs.

Outra importante tarefa foi a de considerar a adaptação da terminologia ISBD aos termos dos FRBR como “obra”, “expressão”, “manifestação” e “item”, se deveriam ser introduzidos, em vez de “publicação” ou “item”, em uso nas ISBDs. O Grupo de Revisão concluiu que era essencial para a IFLA clarificar a relação entre as ISBDs e o modelo FRBR. Ao tentar levar a cabo este alinhamento, o grupo encontrou dificuldades, devido em grande parte ao facto de os termos usados nos FRBR terem sido definidos no contexto de um modelo entidade-relação concebido a um nível maior de abstracção que as especificações para as ISBDs. Enquanto que as entidades definidas com o modelo FRBR se baseiam claramente nos elementos que constituem a descrição ISBD¹², as relações são demasiado complexas para que se possa expressar mediante uma simples substituição de termos. Patrick Le Boeuf, presidente do Grupo dos FRBR, na sua apresentação “Brave new FRBR world”¹³ no IME ICC de Frankfurt, disse: “Não se deve incorporar a terminologia FRBR tal qual é nas ISBDs e nas regras de catalogação, pelo contrário estas devem manter a sua própria terminologia específica, proporcionando definições precisas que mostrem como cada termo nesta terminologia específica se relaciona conceptualmente com a terminologia FRBR”. Tendo em conta este conselho o grupo decidiu que a elaboração de uma tabela, na qual se descreve a relação de cada um dos elementos específicos na ISBD com o correspondente atributo de entidade na relação definida nos FRBR, satisfaria a necessidade de deixar claro que as ISBD e os FRBR beneficiam de uma relação harmoniosa. O projecto para desenvolver as correspondências foi entregue a Tom Delsey por ICABS (Alianza IFLA-CDNL, para as Normas Bibliográficas) e o documento foi aprovado pelo Comité Permanente da Secção de Catalogação a 9 de Julho de 2004, com o título : “Mapping ISBD Elements to FRBR Entity Attributes and Relationships”¹⁴.

No entanto, o Grupo de Trabalho de Revisão da ISBD decidiu introduzir algumas alterações terminológicas, começando com a recentemente revista ISBD (G). Entre as alterações, está o uso do termo “recurso” em vez de “item” ou “publicação”. Esta decisão foi tomada porque o uso do termo “item” é distinto do “item” dos FRBR, e seria fácil confundi-los.

RAZÕES PARA UMA ISBD CONSOLIDADA

O Grupo de Revisão criou, em 2002, o Grupo de Estudo ISBD de Publicações em Série, presidido por Françoise Bourdon. Este esforço reflecte a preocupação por algumas incoerências e ambiguidades que se haviam desenvolvido em algumas regras referentes à informação registada na zona 6 das Séries e a informação relacionada com a apresentação na zona 7 das Notas. Além disso, o Grupo de Estudo devia ter em conta os preceitos mais relevantes das AACR2 e princípios ISSN. Desta forma, podemos dizer que se pretende atingir 3 objectivos:

- clarificar o pressuposto da zona 6 e a sua relação com a zona 1 na ISBD (CR) e com o ISSN: identificação e transcrição;
- verificar a compatibilidade das fontes de informação recomendadas ou prescritas para a zona 6, em todas as ISBDs e para a zona 1 na ISBD (CR) e no ISSN; e,
- propor uma redacção comum para a zona 6 em todas as ISBDs.

Tendo em conta a grande variedade de publicações e a diversidade de práticas entre as agências bibliográficas nacionais para tratar essa informação, o Grupo decidiu concordar que a zona 6, em todas as ISBDs, é principalmente para a transcrição de dados do documento que se está a catalogar e em menor medida para a identificação, e que portanto não se deviam corrigir os erros tipográficos óbvios.

Outra área de trabalho do Grupo de Revisão das ISBDs é a intenção de proporcionar uma melhoria nas orientações para o uso da ISBDs na descrição bibliográfica de publicações em múltiplos formatos, por exemplo, um livro electrónico ou mapas publicados em série. Considerando a crescente existência de recursos publicados em mais do que um suporte e os desafios que essas publicações colocam para o controlo bibliográfico, o Grupo de Revisão criou o Grupo de Estudo sobre Designação de Material (MDSG - Material Designation Study Group), com Lynne Howarth como presidente, com a finalidade de se centrar em três temas em particular:

- (1) uso de múltiplas ISBDs e utilização de múltiplas designações genéricas de material (GMDs – General Material Designations),
- (2) a ordem com que se devem tratar os elementos nos casos de formatos múltiplos, e
- (3) o número de registos bibliográficos a criar no caso de múltiplas versões.

O Grupo de Revisão reflectiu sobre esses assuntos na sua reunião de 2003 em Berlim e chegou à conclusão de que as ISBDs deveriam requerer às agências bibliográficas nacionais e às bibliotecas integradas em rede, a criação de descrições bibliográficas independentes para obras publicadas em múltiplos formatos. Esta prática facilitará o intercâmbio de registos, o que constitui um dos objectivos básicos das ISBDs. Permite-se, no entanto, que outras bibliotecas optem por fazer um único registo se assim o desejarem.

O Grupo de Estudo sobre Designação de Material encarregou-se de desenvolver um estudo geral do tema e dos seus problemas, tendo em conta as recomendações do Grupo de Trabalho 5 sobre títulos uniformes e GMDs (Designação Genérica de Material) do IME ICC de 2003 em Frankfurt, que estudou detalhadamente o assunto e transmitiu recomendações muito úteis. Este Grupo começou centrando-se em duas questões:

- localização da designação genérica de material (GMD)

- identificação, clarificação e definição do conteúdo e nomenclatura da GMD, nas zonas 3, 5 e 7.

A dado momento, tornou-se evidente a necessidade de que o trabalho sobre terminologia e nomenclatura deste Grupo de Estudo se realizasse em paralelo e de forma complementar aos trabalhos do outro Grupo de Estudo sobre a Orientação Futura das ISBDs, que também começou em 2003, já que este, por sua vez, estava a preparar um texto harmonizado e, posteriormente, uma ISBD consolidada. O Grupo de Estudo sobre Designação de Material decidiu então que conforme se completassem as áreas individuais do texto harmonizado, examinaria e avaliaria a terminologia empregue actualmente nas ISBDs autorizadas e daria umas recomendações para que o conteúdo e terminologia a utilizar na GMD, nas zonas 3, 5 e 7 fosse apropriada na proposta da ISBD consolidada.

Tomada essa decisão, o Grupo de Estudo centrou a sua atenção nos problemas associados com o sítio e localização da designação genérica do tipo de material dentro do registo bibliográfico. O Grupo esteve de acordo quanto à importância e primazia que tem a GMD como “primeiro mecanismo de advertência” para os utilizadores do catálogo. Após a consideração de várias opções do Grupo de Estudo, com a aprovação do Grupo de Revisão na sua reunião a 18 de Agosto de 2005, em Oslo, decidiu o seguinte: “Reconhecendo as contínuas dificuldades com a actual opcionalidade, terminologia e localização da designação genérica do material (GMD), ... o Grupo de Estudo sobre Designação de Material propõe a criação de um componente de alto nível, único e independente (não numa zona numerada da ISBD), uma designação de “conteúdo/suporte” e de “conteúdo/meio” que seria obrigatória, isto é, a sua consignação no registo bibliográfico não será opcional como até agora”.

O Grupo de Estudo sobre Designação de Material sublinha que esta componente é independente do sistema de visualização, isto é, os diferentes sistemas podem mostrar o conteúdo registado da designação “conteúdo/suporte” ou de “conteúdo/meio” caso se considere mais apropriado a cada instituição.

A criação de um componente único, juntamente com as especificações do seu conteúdo, ajudará a centrar o conteúdo das zonas 3, 5 e de alguma forma da zona 7. Desta maneira, a terminologia dentro de cada elemento será mais precisa e distinta, podendo concentrarmo-nos nos actuais problemas de sobreposição de informação através das zonas relacionadas. De facto, o Grupo de Estudo está agora centrado na informação que deve estar contida dentro desse componente (GMD), assim como dentro das zonas 3, 5 e 7. O Grupo de Estudo sobre Designação de Material planificou o seu trabalho muito próximo do Grupo de Estudo sobre Orientação Futura das ISBDs, assim como também manteve contactos com o Comité Conjunto Directivo para a Revisão das Regras de Catalogação Anglo Americanas. Durante este processo Tom Delsey, editor da Descrição de Recursos e Acesso (RDA) seria consultado sempre que fosse necessário.

O Grupo de Estudo das Séries revelou existirem inconsistências entre as ISBDs, e uma das suas principais tarefas, desde o início, foi manter as disposições harmonizadas e aumentar a consistência. Como já foi referido, o processo de revisão destinado a manter as actualizações das ISBDs foi mais lento do que se esperaria, dado que a evolução dos tipos de publicações, as novas investigações e as regras foram mudando. Então, o Grupo de Revisão decidiu que se deveria considerar a possibilidade de juntar as ISBDs num único documento.

GRUPO DE ESTUDO SOBRE ORIENTAÇÃO FUTURA DAS ISBDs

Até agora existem 7 ISBDs especializadas, mais a ISBD geral. Estas ISBDs foram sendo revistas e publicadas em diferentes épocas, sem método para incorporar as alterações feitas nos novos textos, que afectaram todas as ISBDs, e os textos não revistos. Por exemplo, quando se decidiu aplicar as decisões tomadas sobre os elementos de informação que deveriam continuar a ser obrigatórios nas ISBDs, de acordo com o estipulado pelos Requisitos Funcionais para os Registos Bibliográficos (FRBR), estas alterações foram contempladas nas ISBD (M) e ISBD (CR), que foram publicadas em 2002, e na ISBD (G) publicada em 2004, embora fossem aplicáveis a todas as ISBDs.

A esta situação juntam-se as publicações que têm como característica ter mais do que um formato e que requerem a aplicação de mais do que uma ISBD, o que apresenta grandes dificuldades desde o momento em que existiam inconsistências entre as diferentes ISBDs. Tudo isto levou o Grupo de Revisão a decidir, em 2003, na Conferência em Berlim, a criação de um Grupo de Estudos sobre a Orientação Futura das ISBDs. Este Grupo de Estudo, presidido por Dorothy McGarry, depois de um ano de trabalho resolveu que a consolidação das ISBDs era possível. O Grupo de Revisão encarregou esse mesmo Grupo de Estudo da tarefa de preparar um texto definitivo. Todas as revisões que estavam em preparação foram suspensas, excepto a da ISBD (A), já que o Grupo de Estudo considerava difícil levar a cabo o trabalho de consolidação, uma vez que continuava com o processo de revisão das ISBDs especializadas. O trabalho guiou-se então, pelos seguintes Objectivos e Princípios.

Objectivos:

- Preparar uma ISBD consolidada e actualizada com as ISBDs especializadas, com a finalidade de satisfazer as necessidades dos catalogadores e utilizadores da informação bibliográfica.
- Proporcionar consistência e unificar sempre que possível as disposições da descrição de todos os recursos e requerer as disposições específicas necessárias para descrever a especificidade dos tipos de recursos.

Princípios:

- O objectivo principal das ISBD é providenciar disposições para uma catalogação descritiva compatível a nível mundial, com a finalidade de ajudar o intercâmbio internacional de registos bibliográficos entre bibliotecas e comunidades de informação, incluindo produtores, editores, etc.
- Adaptar diferentes níveis de catalogação incluindo os necessários para as agências bibliográficas nacionais, bibliografias nacionais, universidades e outras colecções especializadas.
- Especificar os elementos necessários para identificar e relacionar um recurso.
- Centrar a atenção no conjunto de elementos de informação, mais do que na sua visualização ou no uso de um sistema automatizado específico.
- O desenvolvimento das disposições deverá ter em conta praticas de custo efectivo.

O plano e tempo de trabalho para a consolidação da ISBD, foi o seguinte:

A Deutsche Nationalbibliothek preparou a primeira fusão dos textos por áreas. Com a finalidade de identificar de qual ISBD provinham os textos, atribuiu-se durante o processo, uma cor diferente a cada ISBD. Partindo desta base, os membros do Grupo de

Estudo reorganizaram as matrizes para reunir os elementos de informação de todas as ISBDs dentro das áreas, juntando os textos parecidos com o objectivo de poder determinar se eram as mesmas ou diferentes disposições.

O projecto recebeu o apoio do ICABS para a primeira fusão dos textos das 7 ISBDs e para os encontros presenciais em Frankfurt; assim como a ajuda económica do Comité Profissional da IFLA.

Apresentaram-se alguns problemas e sugestões para consideração ao Grupo de Revisão da ISBD. Esta fase terminou em finais de 2005. O processo e o resultado das tabelas foram preparados quatro vezes, antes de se obter o rascunho do texto consolidado. A seguir, o Grupo de Estudo trabalhou sobre as disposições, tendo em atenção as respostas do Grupo de Revisão, com a finalidade de preparar um texto para ser apresentado na reunião de Abril de 2006, na Deutsche Nationalbibliothek. Desta reunião resultou um documento que foi enviado para revisão mundial em finais de Junho, até Setembro de 2006. Na fase seguinte, o Grupo de Estudo reviu o documento, tendo em consideração os comentários que resultaram da revisão mundial, numa reunião realizada em finais de 2006 na Bibliothèque nationale de France em Paris, incorporando os que foram aprovados e deixando os outros para uma reflexão futura. As sugestões que implicavam grandes alterações, deixaram-se para consideração posterior, numa primeira actualização. O documento que continha os textos publicados das ISBDs actualizou-se, incorporando os textos da ISBD (ER) revista e aprovada pelo Comité de Catalogação, e os da ISBD (CM) e ISBD (A) depois da revisão mundial. Esta versão revista foi enviada pelo Grupo de Estudo a todos os Grupo de Revisão das ISBD a 16 de Janeiro de 2007 para sua consideração e comentários, com um prazo de resposta até 15 de Fevereiro. O texto foi aprovado pelo Grupo de Revisão, e seguindo os seus comentários e considerações, foi enviada uma versão “final” ao Comité Permanente da Secção de Catalogação, que votou a sua aprovação em finais de Março de 2007. Na Conferencia de Seoul de 2006, o Comité Permanente já tinha decidido que a ISBD consolidada substituiria as ISBDs especializadas.

Desde o início do projecto chegou-se a um acordo para seguir um esquema geral para cada área. Além disso decidiu-se recomendar:

- a estrutura deve ser alterada face a uma nova reestruturação das áreas, vindo primeiro as disposições gerais que se aplicam a todo o tipo de material, seguida das excepções ou disposições adicionais necessárias para tipos de recursos específicos.
- as disposições existentes devem encaixar-se dentro desta nova estrutura, razão pela qual se alterou a sua ordem em relação aos textos anteriores, para conseguir um texto mais lógico e coerente.
- devem levar-se a cabo algumas alterações de redacção com a finalidade de generalizar e harmonizar, dentro do possível, atendendo às disposições obrigatórias, condicionais e opcionais, tendo em conta as ISBDs já revistas.
- a GMD deverá mudar, a sua localização actual a seguir ao título próprio, para outra posição; (para efectuar as alterações, quer no conteúdo quer na localização da GMD espera-se seguir as recomendações que se receberam do Grupo de Designação de Material, razão pela qual foram deixadas como estavam).
- as alterações mais significativas das disposições só serão feitas posteriormente.

O Grupo de Estudo reconhece a importância que a pontuação ISBD teve no passado e continua a ter hoje em dia, para poder chegar a um entendimento comum entre

profissionais dentro do contexto de diferentes línguas e escritas. No entanto, tendo em conta que o 4º princípio do Grupo de Estudo centra a sua atenção no conjunto de elementos da informação, mais que na sua visualização, decidiu-se alterar ligeiramente a pontuação. Por exemplo, quando uma zona termina com um ponto, a pontuação pode repetir-se já que a zona seguinte começa como o ponto de separação de zonas. Da mesma forma, se dentro da mesma zona se estão a fornecer diferentes elementos de informação, colocar-se-á cada um dentro de parênteses rectos.

As definições são muito importantes, para que todos possamos entender o mesmo quando utilizamos um termo particular. Por isso, reuniram-se todas as definições num Glossário.

Algumas alterações mais significativas:

- O uso da zona 3 limitar-se-á para: dados matemáticos dos recursos cartográficos, informação específica do formato musical e para a numeração das publicações em série. Nesta zona foram omitidos os recursos electrónicos.
- Na zona 6 o ISSN é obrigatório, se está disponível no recurso.
- Foi decidido que os exemplos gerais exemplificarão as disposições que foram consideradas. Os exemplos completos irão ser editados numa publicação independente, e não incluídos na própria ISBD.

Durante a revisão mundial receberam-se muitos comentários individuais de duas organizações internacionais (Associação Internacional de Bibliotecas de Musica e o IME ICC4 da IFLA, o Grupo de Trabalho 4), de outras 14 organizações e instituições e 11 pessoais representando 15 países (Alemanha, Austrália, Canadá, China, Coreia, Croácia, Eslovénia, Finlândia, França, Itália, Japão, Reino Unido, Rússia, Suécia, Estados Unidos). Em alguns casos, os comentários entravam em contradição uns com os outros, por exemplo, alguns queriam repetir o ponto de separação das zonas, como já foi mencionado anteriormente, e outros não. Uns preferiam definições alternativas às que se apresentavam no rascunho. Na generalidade, o Grupo decidiu aceitar as sugestões quando havia consenso nas matérias.

Entre os comentários considerados incluem-se os seguintes:

- Deixou-se de utilizar o termo “não livro” seguindo algumas sugestões, porque o material cartográfico, a música anotada, os recursos electrónicos, etc., também são “não livros”, pelo que o termo era confuso.
- Houve sugestões sobre a utilização do termo “recursos integrais” quando se utilizava “folhas soltas actualizáveis”, mas o Grupo de Estudo decidiu manter o termo específico.
- Alguns comentários estavam em desacordo quanto à utilização de abreviaturas. O Grupo de Estudo decidiu continuar a permitir o seu uso nesta versão.
- Alterou-se o nome da zona 4 para: “Zona de publicação, produção, distribuição, etc.” Sugeriu-se voltar a citar a zona como anteriormente “zona de publicação, distribuição, etc.”, mas a maioria do Grupo de Estudo preferiu a nova designação, precisamente porque se refere à catalogação de diferentes tipos de recursos.
- Alguns sugeriram o abandono da utilização de “s. l.” e “s. n.” e utilizar termos em inglês para a versão inglesa da ISBD, no entanto o Grupo de Estudo deliberou manter o “s. l.” e “s. n.” por estar de acordo com o carácter internacional da ISBD.
- Receberam-se alguns comentários considerados irrelevantes para a ISBD.

- Um grupo pediu para não colocar “et al.” depois das reticências, e deixar simplesmente as reticências. Mas o Grupo de Estudo pensou que a aplicação dos dois métodos era distinta e decidiu que deveria continuar-se a utilizar “et al.”
- Manifestaram-se algumas preocupações sobre a não especificação da pontuação para títulos alternativos, mas devido às diferentes práticas de catalogação das diferentes agências, o Grupo de Estudo não elegeu um método entre elas.
- Alguns comentários sugeriram a alteração do título próprio para os recursos contínuos, no sentido de utilizar o acrónimo ou iniciais, sempre que surgiam primeiro na fonte prescrita da informação, e não a forma completa, como ocorre noutros recursos. O Grupo de Estudo decidiu que esta prática não pode alterar-se sem antes ser discutida com o serviço ISSN e a comunidade AACR de acordo com o estabelecido nas discussões mantidas quando se levou a cabo o trabalho sobre ISBD (CR)
- Algumas sugestões foram feitas no sentido de restabelecer a zona 3 para os recursos electrónicos além dos recursos cartográficos, música anotada e numeração das publicações em série. Mas o Grupo de Revisão discutiu esta questão em detalhe e atempadamente, e decidiu que não era útil. A informação requerida que se colocava na zona 3, pode ser colocada agora em notas.
- Também se sugeriu eliminar a zona 3 para a música anotada. Mas esta sugestão deve ser discutida com a comunidade de musicólogos.
- Sugestões sobre incluir ou excluir a “capa” dos “preliminares”. A maioria do Grupo de Estudo preferiu não incluí-la, devido às práticas em uso nos seus países.
- Sugestões sobre a necessidade de uma maior harmonização no elemento de extensão na zona 5. No entanto, por outro lado, as comunidades cartográfica e de música impressa, que foram consultadas, preferiram continuar com a mesma prática.

Alguns exemplos de sugestões propostas para uma consideração futura pelo Grupo de Revisão:

- É possível uma maior reconciliação das fontes de informação para os diferentes tipos de recursos?
- Deveria ampliar-se a ISBD aos recursos não publicados?
- É necessária uma maior actualização das disposições, normas para os recursos audiovisuais, gravações sonoras, gravações vídeo e imagens fixas e em movimento.
- É necessário rever as disposições que constituem as alterações mais significativas nas publicações em série; este aspecto foi considerado como um ponto de maior importância pelo IME ICC 4.
- Deveria dar-se, na zona 6, a informação sobre a numeração de uma série principal junto com o título, e numeração da subsérie, em vez de colocar a numeração da série principal na zona 7?
- Porque é que é necessário usar a zona 6 para todos os números de uma mesma série?
- Que outras definições são necessárias no Glossário, e quais necessitam de ser revistas?

- Deve-se ter em conta um código único para os caracteres não alfabéticos ou numéricos? Por exemplo, dever-se-ia estudar a utilização do símbolo de “copyright” “cop.”?
- Deveremos considerar a localização dos nomes dos membros dos grupos musicais, interpretes, etc., a consignar em menção de responsabilidade ou em nota?
- Um estudo mais aprofundado de quando se considera que é uma nova edição ou não nos recursos electrónicos.
- Houve algumas objecções em colocar a direcção completa da publicação na zona 4, em vez de a colocar em nota se necessário.
- Foram feitas algumas sugestões para acrescentar disposições na zona 5 da descrição para recursos electrónicos de acesso remoto.
- Promover o trabalho de actualização das disposições da ISBD (NBM) e ISBD (PM), que não foram revistas recentemente.
- Sugeriu-se que não se deveriam dar as “dimensões comuns” e que não se deveria excluir as dimensões de nenhum recurso (por exemplo “dimensões comuns” para microfílm, cassetes, etc.).
- Deve-se reconsiderar a ordem das notas, e fazê-lo de acordo com a ordem dos FRBR.

Espera-se tratar a maioria dos comentários relativos à designação do material e da sua designação específica quando tivermos disponível a informação do Grupo de Estudo sobre Designação do Material.

O Grupo de Revisão não pretende que este texto resolva todos os problemas que existem actualmente no processo da catalogação. No entanto, pretende servir como texto definitivo actualizado para a descrição de todo o tipo de recursos publicados, e tornar mais fácil a tarefa do catalogador quando trata recursos que nas suas características contém mais que um formato. Também acelerará e facilitará o trabalho de assegurar a coerência, na revisão e actualização da ISBD no futuro.

Na reunião de Seoul, e como consequência da alteração do processo de revisão para tornar as alterações mais rápidas futuramente, o Grupo de Revisão decidiu encomendar a sua publicação, como recurso electrónico remoto, no sítio da Secção de Catalogação na IFLANET e como publicação impressa, em formato de folhas soltas actualizáveis. Esta decisão foi tomada, para evitar as razões económicas alegadas por algumas bibliotecas, que continuam a utilizar versões anteriores em vez da actualizada. O formato de folhas soltas actualizáveis adapta-se perfeitamente às actualizações periódicas e regulares, e é uma opção mais económica para as agências de catalogação. Além disso, facilitará o processo de manter as traduções actualizadas.

PARA O FUTURO

Os modelos de publicação hoje em dia estão em constante mudança, em grande parte devido ao meio electrónico, no qual estamos cada vez mais inseridos. Já que cada vez é maior o interesse nos metadados para promover o controle e acesso aos recursos electrónicos. A ISBD beneficiará de novas oportunidades para influenciar o conteúdo e o uso de outros esquemas de metadados, já que a maioria deles definem elementos que lhe são familiares. Por outro lado, importa não só considerar as novas situações

bibliográficas, mas também atender às práticas já estabelecidas que continuam tão úteis agora como o foram no passado. Portanto, é necessário que a IFLA continue a assegurar a actualização da ISBD, e que a continue fazendo em cooperação com as agências bibliográficas nacionais e comitês nacionais e multinacionais de catalogação.

O processo de revisão continuará:

1. Deverão fazer-se alterações na ISBD para a adaptar aos resultados do trabalho do Grupo de Estudo de Designação de Material.
2. Deve-se continuar com o processo de revisão das disposições da ISBD (PM) e ISBD (NBM) que não foram revistas recentemente.
3. Devem estudar-se as sugestões da Revisão Mundial que não foram consideradas no momento.
4. E, também prestar-se atenção às sugestões provenientes das Reuniões da IFLA de Especialistas no Código de Catalogação Internacional.

O Grupo de Revisão, além disso, considera que os exemplos são muito importantes para compreender e aplicar a ISBD, por isso formou em 2006 um Grupo de Estudo para preparar uma publicação futura de exemplos completos como suplemento à ISBD. Este grupo é dirigido por William Garrison e Jaesun Lee.

Podemos adiantar que a primeira revisão da ISBD será publicada dentro de dois anos.

Para mais informações sobre os desenvolvimentos da ISBD, consultar:

<http://www.ifla.org/VII/s13/isbd-rq.htm>

13 de Abril de 2007

Reconhecimento dos membros dos grupos de trabalho que prepararam as revisões das ISBDs especializadas e que não foram publicadas depois da sua revisão:

Membros do Grupo de Estudo da ISBD(A) (revisão 2006):

Gunilla Jonsson (Chair), National Library of Sweden
Gerd-Josef Bötte, Staatsbibliothek zu Berlin
Elisabeth Coulouma, Agence bibliographique de l'enseignement supérieur (ABES), France
Mauro Guerrini, Università di Firenze, Italy
Sirkka Havu, National Library of Finland
Dorothy McGarry, University of California, Los Angeles, USA (Retired)
Simon May, British Library
Elizabeth Robinson, Library of Congress, USA
Maria Enrica Vadalà, Biblioteca Umanistica, Università degli studi di Firenze
Ruth Weiss, Staatsbibliothek zu Berlin
Mirna Willer, National and University Library, Croatia

Membros do Grupo de Trabalho sobre ISBD(CM) (Junho de 2004):

Göran Bäärnhielm (Chair), The Royal Library—National Library of Sweden
Theo Bauer, Bavarian State Library, München, Germany
Francis Herbert, Royal Geographical Society, London, UK
Mary Larsgaard, University of California, Santa Barbara, USA
Olivier Loiseaux, Bibliothèque nationale de France
Elizabeth Mangan, Library of Congress, USA (Retired)
Dorothy McGarry, University of California, Los Angeles, USA (Retired)
Mira Miletic Order, National and University Library, Croatia
Velma Parker, Library and Archives Canada

Membros do Grupo de Revisão da ISBD que trabalharam na ISBD(ER) (Fevereiro de 2004):

Françoise Bourdon, Bibliothèque nationale de France
John D. Byrum, Jr. (Chair), Library of Congress, USA
Elena Escolano Rodríguez, Biblioteca Nacional, Spain
William Garrison, Syracuse University, USA
Renate Gömpel, Die Deutsche Bibliothek, Germany
Mauro Guerrini, Università di Firenze, Italy
Ton Heijligers (Corresponding member), Amsterdam, The Netherlands
Lynne C. Howarth, University of Toronto, Canada
Philippe-Corentin Le Pape, SICD des universités de Toulouse, France
Cristina Magliano, ICCU-Rome, Italy
Dorothy McGarry, University of California, Los Angeles, USA (Retired)
Eeva Murtomaa, Helsinki University Library, Finland
Glenn Patton, OCLC Online Computer Library Center, USA

A ISBD consolidada foi preparada para aprovação pelo Grupo de Revisão da ISBD e pelos membros do Grupo de Estudo sobre Orientação Futura das ISBDs (Novembro 2006):

Françoise Bourdon	Bibliothèque nationale de France
Elena Escolano Rodríguez	Biblioteca Nacional, Spain
Renate Gömpel	Deutsche Nationalbibliothek, Germany
Lynne C. Howarth	University of Toronto, Canada
Agnès Manneheut (from August 2005)	Agence bibliographique de l'Enseignement supérieur, France
Dorothy McGarry (Chair)	University of California, Los Angeles, USA (Retired)
Eeva Murtomaa	National Library of Finland
Mirna Willer	National and University Library, Zagreb, Croatia
John Hostage (Consultant, from August 2006)	Harvard University, Cambridge, Massachusetts, USA

¹ http://www.d-nb.de/standardisierung/afs/imeicc_index.htm
http://www.d-nb.de/news/pdf/code_comp_2003_europe_2.pdf e
http://www.loc.gov/loc/ifla/imeicc/source/code-comparisons_final-summary.pdf

² Tillet, B. IME ICC: Report of the 1st Meeting, Frankfurt, Germany, July 28-30, 2003:

Relativamente à ISBD reconhece-se o grande empreendimento na normalização internacional para a descrição bibliográfica. A ISBD requer a transcrição da informação identificada no exemplar que se tem em mão por áreas normalizadas da descrição, estabelece os elementos básicos a incluir nessas descrições, a ordem desses elementos e a pontuação prescrita, de tal forma que os registos resultantes sejam inteligíveis em todo o mundo, qualquer que seja a língua ou escrita.

Disponível em: http://www.d-nb.de/standardisierung/pdf/ime_icc_report_berlin.pdf

³ AACR2; Regeln für die alphabetische Katalogisierung - RAK (Austria, Germany); Rakovodstvo za azbučni katalozi na knigi (Bulgaria); Pravilnik i priručnik za izradbu abecednih kataloga - PPIAK (Croatia); Anglo-americká katalogizacní pravidla (Czech republic); Katalogiseringsregler og bibliografisk standard for danske biblioteker (Denmark); Suomalaiset luettelointisäännöt (Finland); AFNOR Cataloguing Rules (France), List of AFNOR Cataloguing Rules; Magyar Szabvány 3423, 3440, 3424 and Konyvtári Szabályzat (Hungary); Regole italiane di catalogazione per autori - RICA (Italy); Kompiuterinių bibliografinių ir autoritetinių įrašų sudarymo metodika

(Lithuania); Pravidnik i prirucnik za izradu abecednih kataloga - PPIAK (Macedonia); Regels voor de titelbeschrijving (Netherlands); Russian Cataloguing Rules (Russia); Pravidnik i prirucnik za izradu abecednih kataloga - PPIAK (Slovenia); Reglas de catalogación (Spain); Katalogiseringsregler för svenska bibliotek (Sweden); AACR2 compliant cataloguing code (Vatican Library)

⁴Resultados da comparação das regras, apresentação ISBD

http://www.d-nb.de/standardisierung/pdf/code_comp_2003_europe_2.pdf

⁵ Tillet, B. Report of IME ICC2 Meeting, August 17-18, 2004 Buenos Aires, Argentina

http://www.loc.gov/loc/ifla/imeicc/source/IMEICC2-report_IFLA-BA_2004.pdf

⁶ Tillet, B.B. Report on the IME ICC3 Meeting, Dec 12-14, 2005 Cairo, Egypt.

http://www.loc.gov/loc/ifla/imeicc/pdf/Report-IMEICC3_brief.pdf

⁷ Jaesun Lee. Report on the IME ICC4 Meeting, August 16-18, 2006 Seoul, Korea

http://www.nl.go.kr/icc/paper/report_1.pdf

⁸ Ben Gu, Chinese Cataloguing Rules and International Cataloguing Principles: a report of similarities and differences: Numa informação específica sobre o Código de Catalogação Chinês disse “ que estava baseado principalmente nas ISBDs e nas AACR2, tendo em conta as características chinesas e sem atender ao conceito de entrada principal”.

http://www.nl.go.kr/icc/paper/22_1.pdf

Haruki Nagata. Nippon (Japanese) Cataloguing Rules and International Cataloguing Principles: similarities and differences: As Regras de Catalogação Japonesas (NCR) são coerentes com a ISBD, e quando entram em contradição com as NCR elabora-se uma nova regra que se adapte à ISBD.

<http://www.nl.go.kr/icc/down/060919.pdf>

Soo Kim. The Present and Future of KCR.: As Regras de Catalogação Coreanas (KCR3), publicadas em 1981 aceitaram e adoptaram o método de catalogação prescrito nos princípios da Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada (ISBD), redigindo os registos somente com a descrição. A 4ª edição das regras (KCR4) publicadas em 2003, usam o sistema de descrição das KCR3 com um suplemento para descrever a diversidade de características bibliográficas dos meios em múltiplos formatos, sem especificar a selecção ou forma dos encabeçamentos.

<http://www.nl.go.kr/icc/paper/KCR-kim.pdf>

Outros: As informações do Nepal e Sri Lanka reconhecem que a maioria das bibliotecas utilizam as AACR2. Na informação sobre as Regras de Catalogação da Indonésia, o tema não foi tratado. O representante do Camboja informou que devido à situação das bibliotecas no país não estava disponível a informação sobre a adopção de normas descritivas. A adesão a normas como as AACR2 limita-se a um número muito pequeno de bibliotecas e não há normas descritivas desenvolvidas localmente, excepto, possivelmente, em algumas bibliotecas individualmente. Outro factor que afecta a descrição da catalogação no Camboja é a ausência de publicação de normas.

<http://www.nl.go.kr/icc/down/060906.pdf> ;

<http://www.nl.go.kr/icc/down/060811.pdf> ;

<http://www.nl.go.kr/icc/paper/Cataloguing%20in%20Cambodia.pdf>

⁹Para uma introdução mais detalhada sobre as ISBDs veja-se: Byrum, John, “The birth and re-birth of the ISBDs: process and procedures for creating and revising the International Standard Bibliographic Descriptions”, 66th IFLA Council and General Conference, Jerusalem, Israel, 2000.

Disponível em <http://www.ifla.org/IV/ifla66/papers/118-164e.htm>

¹⁰ <http://www.ifla.org/VI/3/nd1/isbdlist.htm>

¹¹Functional Requirements for Bibliographic Records - Final Report

Disponível em <http://www.ifla.org/VII/s13/frbr/frbr.htm>

¹² Requisitos Funcionales de los Registros Bibliográficos: Informe final. – [Madrid]: Ministerio de Cultura, Secretaría general Técnica, 2004. p. 33:”As principais fontes utilizadas para análise incluíram as Descrições Bibliográficas Internacionais Normalizadas (ISBDs), as Directivas para Entradas de Autoridade e Referência (GARE), as Directivas para Entradas de Autoridade de Assuntos e Referência (GSARE) e o Manual UNIMARC.

¹³ Le Boeuf, Patrick. Brave new FRBR world. In: IFLA Cataloguing Principles: steps towards an International Cataloguing Code: report from the 1st IFLA Meeting of Experts on an International Cataloguing Code, Frankfurt, 2003. – München: K.G. Saur, 2004

Disponível em inglês: http://www.d-b.de/standardisierung/pdf/papers_leboeuf.pdf

Disponível em espanhol: <http://www.loc.gov/loc/ifla/imeicc/source/papers-eBoeuf-spa.pdf>

¹⁴Accesível em web da IFLA: <http://www.ifla.org/VII/s13/pubs/ISBD-FRBR-mappingFinal.pdf>

15